

ATA DA 355ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

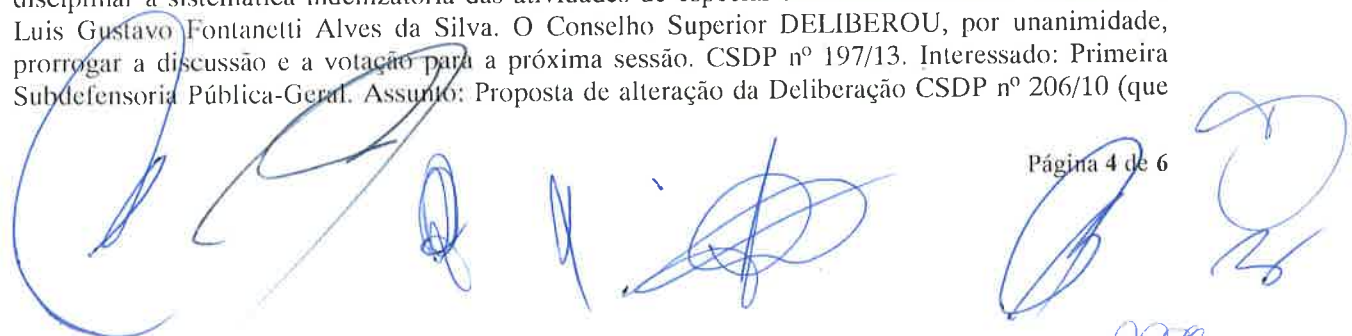
Aos seis dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Defensor Público-Geral do Estado, Renato Campos Pinto de Vitto. Presentes os (as) Conselheiros (as): Bruno Ricardo Miragaia Souza, Davi Eduardo Depiné Filho, Fabiana Botelho Zapata, Franciane de Fátima Marques, José Moacyr Doretto Nascimento, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Luciano Alencar Negrão Caserta, Luís Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Marcia Regina Garutti, Rafael Valle Vernaschi, Representando a Terceira Subdefensoria Pública-Geral, Denise Nakano Veronezi e Representando a Apadep, Fernanda Correa da Costa Benjamin. Ausente justificadamente o Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. A Corregedora Geral iniciou a sessão às 09h53min, nos termos do artigo 4º, da Deliberação CSDP nº 01/06, que posteriormente foi transmitida ao Primeiro Subdefensor Público Geral. Encaminhou para aprovação a ata da 352ª Sessão Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. Franqueou a palavra ao Segundo Subdefensor Público-Geral para divulgar as comunicações da Presidência. O Conselheiro Davi Depiné comunicou que, na última quinta-feira, esteve em reunião aberta com os servidores da instituição visando apresentar propostas de regulamentação do concurso de promoção, entre outros atos normativos que envolvem o quadro de apoio da instituição. Relatou que houve a apresentação de um cronograma de absorção dos novos cargos de servidores, sendo que inicialmente será provido em janeiro e o restante em março do ano de 2014. Comunicou que, na Unidade de Registro, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação realizou um treinamento para absorção do processo eletrônico, finalizando essa etapa do processo de adaptação das unidades ao novo procedimento. Comunicou que foi iniciado o treinamento para instalação do projeto piloto do novo sistema de atendimento da instituição - Defensoria Online (DOL). Informou que o projeto piloto será implantado, em breve, na Unidade de Carapicuíba e posteriormente no restante do Estado. Considerou que o novo sistema trará um grande benefício no trabalho da instituição, bem como para o atendimento ao usuário. A Conselheira Marcia Garutti apontou que a Corregedora Auxiliar, Defensora Carolina Gagliato, esteve acompanhando o treinamento e ficou animada com o novo sistema. Consigna-se que, às 10h22min, o Primeiro Subdefensor Público-Geral, Renato De Vitto, assumiu a Presidência do Conselho Superior. Comunicou que, nesta sexta-feira e no sábado, será realizada a IV Conferência Estadual, tendo como última etapa de seu Ciclo de Conferências Públicas. Convidou para que todos participassem do importante momento para a Defensoria Pública refletir sobre a forma como se relaciona com a sociedade civil. Registrou o recorde de participação de 180 (cento e oitenta) Defensores Públicos no VII Encontro Estadual, realizado no último sábado, na Capital, e registrou a aprovação de oito teses institucionais. Comunicou que, na última segunda-feira, a Defensora Pública Geral, Dra Daniela Sollberger foi homenageada com a Medalha do Mérito Judiciário Ministro Manoel da Costa Manso e com o Diploma Ramos de Azevedo. Relatou que a honraria tem por objetivo agraciar cidadãos brasileiros, especificamente da área jurídica, que tenham prestado relevantes serviços ao Judiciário paulista e nacional. Comunicou que, na última terça-feira, foi firmado um termo de convênio com o Tribunal de Justiça do Estado, visando garantir e aprimorar os serviços de suporte e estrutura nas Unidades da Defensoria instaladas em Fóruns no Estado. Por fim, celebrou a sanção e publicação da Lei Complementar Estadual nº 1.221, que reclassifica os vencimentos dos Defensores Públicos, e considerou ser um o momento especial, pois iguala os vencimentos remuneratórios dos Defensores aos dos membros da Procuradoria Geral do Estado, de onde optaram os primeiros integrantes da carreira. Não havendo mais comunicações, passaram-se as comunicações da Secretaria do Conselho Superior. Justificou a ausência do Conselheiro Rafael Bessa Yamamura em razão de saúde. Não havendo mais comunicações, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à inscrita, Defensora Pública Tatiana Semensato, representando a Regional de Osasco, Unidade Carapicuíba. Ela mostrou dificuldades com relação às suas atribuições exercidas na área da infância e juventude na Unidade Carapicuíba. Informou que protocolará uma proposta de modificação das atribuições da 1ª Defensoria de Carapicuíba e 3ª Defensoria de Carapicuíba, visando partilhar das

funções desempenhadas por ela e o Defensor Fernando Artacho Martins. Sugeriu que fosse adotado, em toda a Defensoria, ao menos uma dupla de Defensores para atuação em infância e juventude, mesmo que seja acumulando com atribuições em outras áreas. O Presidente franqueou a palavra ao Defensor Fernando Artacho, presente a sessão. Ele mencionou que teve experiência semelhante à proposta na Unidade de Osasco, e considerou que o trabalho deverá ser menos desgastante. O Conselheiro Davi Depiné observou que na composição anterior do Conselho foi atendido um pedido da Unidade Carapicuíba para que a atuação em infância e juventude fosse especializada, entretanto, mostrou ser favorável ao tema ser rediscutido. A Defensora Tatiana Semensato esclareceu que naquela época apenas um Defensor acumulava as atribuições em infância e juventude com atuação criminal, prejudicando o atendimento da Defensoria na área. O Conselheiro Bruno Miragaia considerou importante a especialização, mas ponderou que no cotidiano esse procedimento pode se mostrar ineficiente, defendendo que a instituição caminhe para que os Defensores trabalhem em conjunto. O Presidente apontou que o tema será discutido em momento oportuno, após o protocolo da proposta e distribuição a um relator, no âmbito do Conselho Superior. Franqueou a palavra à Coordenadora do Núcleo de Habitação e Urbanismo, Defensora Pública Anaí Arantes. Ela informou que protocolou uma proposta de deliberação, visando à criação da função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias, bem como fixar suas rotinas administrativas. Apontou que houve a realização de estudo pela Primeira Subdefensoria em participação com o Núcleo, que constatou uma grande demanda em tutela coletiva na área, o que justifica a criação das Coordenadorias. Mencionou que a proposta foi baseada no modelo de Coordenadorias de Execução Penal. O Conselheiro Rafael Vernaschi mostrou a importância sobre o tema, e considerou muito oportuno o momento em que a proposta chega do Conselho. Avaliou a deficiência de comunicação entre o Núcleo e as Unidades da Defensoria, em decorrência da elevada demanda de tutelas coletivas na área. O Conselheiro Davi Depiné considerou que a proposta é bem vinda, possibilitando ao Conselho delimitar quais as atribuições competem ao Núcleo de Habitação e Urbanismo e aquelas que competem às unidades. Registrou sua preocupação com as demandas que o Núcleo infelizmente não consegue alcançar, e citou o caso dos conflitos agrários no interior do Estado. O Conselheiro Bruno Miragaia considerou se oportuno o momento para se discutir a especialização da área e de outras demandas sensíveis, e citou ter problemas urbanísticos na região onde atua e sobre as dificuldades de auxiliar a população, tendo em vista o volume de trabalho. A Coordenadora do Núcleo de Habitação e Urbanismo, Defensora Anaí Arantes apontou que a descentralização da atuação nesta temática foi proposta em todos os Ciclos de Conferências e consta do Plano Plurianual da instituição. O Presidente parabenizou o Núcleo Especializado pela construção da proposta, e registrou que o Núcleo de Habitação possui uma grande demanda e diversas peculiaridades. Mostrou a importância da proposta para a atuação da Defensoria, e especialmente nesse momento de expansão, avaliou a necessidade de discutir a especialização das áreas cível e fazenda pública. Contudo, apontou a necessidade de elaborar um mapa acerca do déficit habitacional no Estado. A seguir, franqueou a palavra ao próximo inscrito, Leonardo dos Santos Gonzales, Candidato aprovado no V Concurso Público de Defensor Público. Ele indagou se há previsão de realização de nomeações de Defensores Públicos para os próximos meses. O Presidente registrou compreender a angústia dos candidatos aprovados do V Concurso na Carreira de Defensor Público ainda não empossados, mas esclareceu que não há previsão de nomeações, justificando que para tanto dependeria da vacância do cargo ou da criação de novas vagas. Entretanto, afirmou que a nomeação dos aprovados no V Concurso antecederá o chamamento daqueles que vierem a ser aprovados no VI certame em andamento. Não havendo mais inscritos, passou-se a manifestação dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Luciano Caserta informou que estará em gozo de férias no período de quinze dias, a contar de 17/01/2014. O Conselheiro Rafael Vernaschi indagou se houve avanços sobre a mudança temporária da Unidade São Vicente, que encontra problemas estruturais no local. O Conselheiro Davi Depiné informou que, após tratativas, houve a cessão de uma sala maior no Fórum local, mas o Poder Judiciário retrocedeu, informando sobre a impossibilidade da cessão do espaço neste momento, sem prejuízo da continuidade das tratativas. Apontou que, com relação à sede, o imóvel recebeu algumas intervenções pontuais pela inviabilidade de grandes modificações estruturais. Por fim, observou que

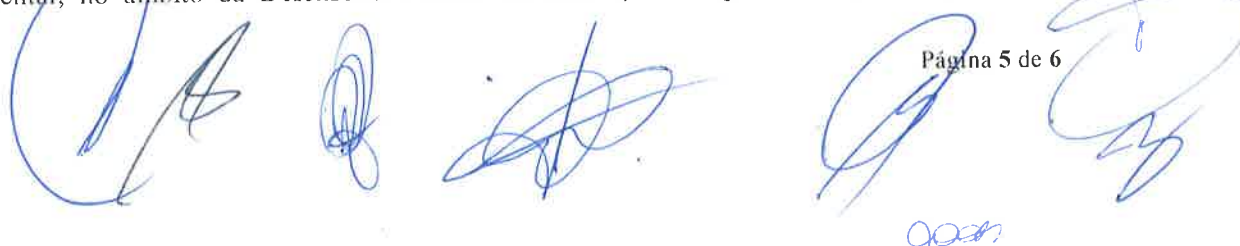


um imóvel está em fase de construção para abrigar a unidade, e futuramente irá sanar os problemas. O Conselheiro Luciano Caserta relatou que, durante uma reunião que participou na unidade, os Defensores locais apontaram que solicitariam à Terceira Subdefensoria a inexecução de parte do fluxo de pessoas naquele prédio, mediante a um sistema de triagem pelo telefone, nos moldes de como ocorrem nas Unidades de Campinas e Guarulhos. A Representante da Apadep, Fernanda Benjamin justificou a ausência do Presidente da Apadep, Rafael Português em razão de compromissos assumidos na Assembleia Legislativa. Relatou que o Presidente da Apadep estaria naquele momento reunido com a liderança do Partido Popular Socialista e junto com o Defensor Assessor Parlamentar da Defensoria Pública-Geral, Defensor Gustavo Reis. Informou que representantes da Apadep realizaram uma visita a Regional Infância e Juventude, e indagou sobre o andamento da ocupação pela Defensoria da sala no Fórum. O Conselheiro Davi Depiné informou que houve tratativas com a Coordenação Regional, visando a adequação do espaço como sala de apoio, em virtude de reforma que será realizada no local e da solicitação pelo Tribunal de Justiça. Informou, ainda, que a planta da sala do Fórum foi aprovada pela Defensoria, e foi encaminhada ao Judiciário. Entretanto, esclareceu que a Regional Infância e Juventude já ocupam o imóvel localizado em frente ao Fórum, devendo ser inaugurado no primeiro semestre de 2014, após a sanarem os problemas no sistema de ar condicionado. A Representante da Apadep, Fernanda Benjamin externou o convite para que todos os Defensores participassem do Fórum Mundial de Direitos Humanos, que ocorrerá nos próximos dias 10 e 13 de dezembro, em Brasília. Informou que, na próxima terça-feira, diante da possibilidade da PEC nº 247/13, a Anadep organizará uma mobilização em prol da aprovação do projeto que visa à obrigatoriedade de fixação de Defensores Públicos em todas as comarcas do país. Destacou que alguns associados indagaram se haverá aumento das mensalidades em virtude do incremento remuneratório, e esclareceu que o assunto será discutido no âmbito da Assembleia Geral. Relatou que a proposta da Apadep é propor um valor único mensal, independente do nível do Defensor associado. Por fim, indagou sobre o andamento de uma representação realizada pela Primeira Subdefensoria contra um Juiz da 4ª Vara da Infância e Juventude da Capital. O Presidente discorreu sobre atuação nos processos em que há aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, que consagra a nomeação de advogados particulares, pelo Ministério Público. Assim, relatou que os processos não passam pelos Defensores que atuam na 4ª Vara de Infância e Juventude, observando que o padrão de manifestação adotada pelos advogados tem concordado, em regra, com a postura adotada pelo Ministério Público. Avaliou ser um problema grave, que há alguns meses vem sendo tratado com os Defensores da Regional e com a Comissão de Prerrogativas. Apontou que, inicialmente, será tentada a suspensão da ordem de serviço, e caso não surja efeito, outras medidas serão adotadas, inclusive o acionamento do Conselho Nacional de Justiça. O Conselheiro Luis Gustavo indagou sobre a sistemática de uso do telefone celular dos Defensores em caso de cadastramento no sistema Infoseg. O Presidente respondeu que a ferramenta se mostrou extremamente útil para prestação dos serviços, e relatou que somente a Defensoria Paulista possui acesso ao sistema. Apontou que, em virtude de denúncias de venda de acesso ao Infoseg veiculadas pela imprensa, o Ministério da Justiça alterou o protocolo de segurança visando responsabilizar, individualmente, o usuário por cada acesso, motivando a necessidade de cadastramento e autenticação. Relatou que o protocolo de segurança exige o cadastramento de um telefone celular, mas ressaltou que buscará informações sobre a necessidade de efetuar ligações. Contudo, apontou que todas as dificuldades serão mapeadas, a fim de serem sanadas junto ao Ministério da Justiça, inclusive com relação ao fato de não haver sinal de telefonia móvel no Fórum Criminal da Barra Funda. O Conselheiro Luciano sugeriu inserir em pauta o processo que trata das gratificações, a fim de discutirem os pontos suspensos pelo Conselho Superior. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação. A Conselheira Franciane Marques mostrou divergência com relação à premissa, e ressaltou importância de discussão pela elevada importância do tema para a carreira. O Conselheiro José Moacyr encampou o entendimento. O Conselheiro Rafael Vernaschi registrou que, diante da necessidade de publicação para incidência do 13º salário, se sentiu tranquilo em suspender os dispositivos de grande envergadura. A Conselheira Fabiana Botelho informou que apresentará uma proposta alternativa no momento oportuno da discussão. O Presidente informou que a Segunda e Terceira Subdefensoria estão trabalhando para

atender as situações específicas que constam suspensas na Deliberação CSDP nº 286/13, e tranquilizou sobre a forma que será discutida a Deliberação e os dispositivos a serem discutidos no âmbito do Conselho Superior. Após a discussão, o Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, inserir o processo CSDP nº 352/13, na pauta da 356ª Sessão Ordinária. Não havendo mais inscritos, passou-se a ordem do dia. O Presidente iniciou chamando à discussão o processo CSDP nº 354/13 (Excetuado a pauta). Interessado: Tiago Fensterseifer. Assunto: Pedido de afastamento para participar como palestrante no evento "Oficina sobre Advocacia Pública Ambiental" e participar do "Congresso Internacional de Direito Ambiental: O Meio Ambiente Judiciário: Desafios e Tendências", nos dias 09 e 10 de dezembro de 2013. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento pleiteado. O Presidente encaminhou para discussão e votação, o qual foi aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado. CSDP nº 262/13. Interessada: Ouvidoria Geral da Defensoria do Estado. Assunto: Proposta de deliberação visando à instituição a transparência das sindicâncias, dos processos administrativos e dos demais expedientes correccionais existentes na instituição. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de acolher parcialmente, elencando que a deliberação previsse: a) de forma genérica, a observância da publicidade das sessões de julgamento e das decisões conclusivas como preceito geral e do sigilo como exceção, no tocante aos procedimentos disciplinares que tramitem nesta Defensoria; b) de forma específica, as alterações apontadas nos Regimentos Internos deste Conselho e no dos Servidores. A Conselheira Marcia Garutti pediu a suspensão do debate para que houvesse a juntada do parecer da Corregedoria-Geral, no que tange ao processo administrativo disciplinar. Aberta a discussão, o Conselheiro José Moacyr se sentiu contemplado com o voto do relator, e manifestou que aos demais atos administrativos caberão a decisão pelo órgão competente, neste caso, no âmbito do Conselho Superior. A Conselheira Luciana Zaffalon manifestou ser favorável ao momento de discussão, e considerou ter havido precedentes para que se modifique a postura política institucional. O Conselheiro Luis Gustavo avaliou o voto do relator como sendo ponderado, e se posicionou favoravelmente pela transparência dos atos administrativos, considerando que desagrada o viés político do sigilo no âmbito do Conselho Superior. O Presidente teceu considerações sobre a fala do Conselheiro José Moacyr, problematizando a possibilidade de se declarar administrativamente a inconstitucionalidade do artigo 190 da Lei Complementar 988/06, mas ponderou que o tema possui grande relevância, devendo ser analisado com tranquilidade, serenidade e de forma organizada. Por fim, encaminhou o pedido de vista para deliberação, a qual foi aprovada por unanimidade. Vista à Conselheira Marcia Regina Garutti. CSDP nº 242/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral de Atividades (Outubro de 2012 a março de 2013). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o relatório. O Presidente encaminhou para votação, o qual foi aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. CSDP nº 355/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 357/12. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 032/13. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de edição de deliberação para disciplinar a sistemática indenizatória das atividades de especial dificuldade. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 197/13. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/10 (que



regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 215/13. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de deliberação que organiza a política institucional de atendimento às mulheres presas visando assegurar gestação segura e o exercício da maternidade durante o período da custódia penal, bem como a garantia, com prioridade absoluta, dos direitos das crianças e dos adolescentes. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 243/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação que disciplina a metodologia institucional de inspeções de monitoramento das condições materiais de aprisionamento nos estabelecimentos destinados à privação da liberdade. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 256/13. Interessado: Segunda Subdefensoria Pública Geral. Assunto: Concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2013. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. Revisora: Fabiana Botelho Zapata. (Processo). (Interessado/a). 266/13. Juliana Garcia Popic. 268/13. Amanda Pontes de Siqueira. 269/13. Ana Simone Viana Cota Lima. 271/13. Daniela Skromov de Albuquerque. 272/13. Tatiana de Souza Kotake. 273/13. Debora de Vito Oriolo. 274/13. Ana Paula Gaudencio de Figueiredo. 275/13. Luciana Rocha Barros Veloni Alvarenga. 276/13. Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. 277/13. Octavio Ginez de Almeida Bueno. 278/13. Jose Moacyr Doretto Nascimento. 279/13. Angela de Lima Pieroni Detoni. 280/13. Anisio Vieira Caixeta Junior. 281/13. Daniela Gabriel. 282/13. Francisco Carlos Marques Matarezio. 283/13. Carolina Rangel Nogueira. 284/13. Bruno Ricardo Miragaia Souza. 286/13. Carolina de Melo Teubl Gagliato. 287/13. Jose Eduardo Mendes. 288/13. Rafael de Souza Miranda. 289/13. Tatina Belons Vieira. 290/13. Paula Longo Sanches Petto. 291/13. Helena Pires de Oliveira. 292/13. Marcelo Martiniano de Oliveira. 293/13. Phenelope Carvalho de Almeida. 294/13. Mario Lucio Pereira Machado. 295/13. Bruno Lopes de Oliveira. 296/13. Kareen Patricia Bandeira Pereira Ferreira. 297/13. Alessandra Pereira de Melo. 298/13. Alexandre Pereira Soares. 299/13. Tania Cristina dos Santos de Oliveira. 300/13. Priscila Simara Novaes. 301/13. Pedro Pereira dos Santos Peres. 302/13. Renata Lawant Miranda. 303/13. Tiago Augusto Bressan Buosi. 304/13. Ana Paula Ambrogi Dotto Zveibil. 305/13. Samanta Cristina Lopes de Souza Ramos. 306/13. Mara Renata da Mota Ferreira. 307/13. Betania Devechi Ferraz Bonfa. 308/13. Gabriel Machado Maglio. 309/13. Daniele Cristina Barbato. 310/13. Vivian Monsef de Castro. 311/13. Vanessa Boiati. 312/13. Ricardo Cesar Franco. 313/13. Maria Fernanda dos Santos Elias Maglio. 314/13. Bruna Simões França. 315/13. Luiz Rascovski. 316/13. Ana Rita Souza Prata. 317/13. Eduardo Belmudes. 318/13. Alexei Hermann de Carvalho Kirchhoff. 319/13. Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina. 320/13. Carolina Nunes Pannain Gioia. 321/13. Katia Cilene Oliveira Giraldi. 322/13. Amanda Polastro Schaefer. 323/13. Alvimar Virgilio de Almeida. 324/13. Maricy Rehder Coelho Camara. 325/13. Leila Rocha Sponton. 326/13. Sabrina Nasser de Carvalho. 327/13. Vanessa Pellegrini Armenio. 328/13. Juliana Araujo Lemos da Silva Machado. 329/13. Rafael Bessa Yamamura. 330/13. Fernando Rodolfo Mercês Moris. 331/13. Lucas Correa Abrantes Pinheiro. 332/13. Flavia Laet Ribeiro de Almeida. 333/13. Cesar Augusto Luiz Leonardo. 334/13. Kamilla Renata Teixeira. 335/13. Rodrigo Figueiredo de Oliveira. 336/13. Daniel Guimarães Zveibil. 337/13. Thiago Soares Piccolotto. 338/13. Erika de Vasconcellos Lima Pompeo. 341/13. Renata Klimke. 342/13. Leandro de Marzo Barreto. 343/13. Carolina Lot da Silva Nunes. 344/13. Aline Tarrazo Fehlow. 345/13. Janayna Lombisani. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima elencados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 260/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (abril a setembro de 2013). Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 340/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentar, no âmbito da Defensoria Pública do Estado, a atuação em autos de prisão em



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with the word 'gosh' written below them.

flagrante e de apreensão de adolescente. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 348/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (Janeiro a Junho de 2013). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 001/12. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos seis dias do mês de novembro do ano de 2013.



Renato Campos Pinto De Vitto
Presidente



Denise Nakano Veronezi
Conselheira



Bruno Ricardo Miragala Souza
Conselheiro


Franciane de Fátima Marques
Conselheira


Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro


Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira


Fernanda Correa da Costa Benjamin
Representante da Apadep


Marcia Regina Garulli
Conselheira


Davi Eduardo Depiné Filho
Conselheiro


Fabiana Botelho Zapata
Conselheira


José Meacyr Doreto Nascimento
Conselheiro


Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro


Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro